

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2022 - SEPM

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – SIGA
(COMPRAS)

1 – INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, inscrita no CNPJ sob o nº 32.690.668/0001-02, com sede na Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.031-040, torna público que, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesas, CEL PM RG 54.569, JOMAR FERNANDO DA SILVA, ID FUNCIONAL 24194840 por delegação de competência conferida pela Resolução SEPM Nº 2204 de 28 de janeiro de 2022, na forma do disposto no processo administrativo SEI-350129/000727/2021, que no dia, hora e endereço eletrônico indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, COM PARTICIPAÇÃO HÍBRIDA NOS ITENS 18, 19 e 27 DO ANEXO 3 DESTE EDITAL E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E EQUIPARADAS NOS DEMAIS ITENS**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$

5,70 (cinco reais e setenta centavos), na Rua Evaristo da Veiga, n.º 78, Centro, RJ – Quartel General – Diretoria de Licitações e Projetos – Seção de Pregão – telefone n.º (21) 2333-2665, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, Banco Bradesco, agência 6898, conta corrente n.º 3023-6, a favor da PMERJ.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 2 dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Evaristo da Veiga, n.º 78, Centro, RJ, (Seção de Pregão), de 09:00 até 17:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por fac-símile n.º (21) 2333-2665 ou e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 2 dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço indicado no item 1.4, de 09:00 até 17:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por fac-símile n.º (21) 2333-2665 ou e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

1.6.1 Caberá à autoridade superior decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br através do n.º (número da licitação no portal) na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2- DO OBJETO, DO PRAZO DE ENTREGA E DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de mobiliários e eletrodomésticos para atender as demandas da Escola Superior de Polícia Militar, na forma do Termo de Referência.

2.2 A entrega deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias após a retirada da nota de empenho. A Contratada deverá comunicar a Contratante, no prazo mínimo de 72h, a data e o horário previsto para a entrega dos objetos, de acordo com o item 4.2.1 do Termo de Referência.

2.2.1. Os objetos deste Edital deverão ser entregues na nova sede da Escola Superior de Polícia Militar, situada na Av. Marechal Fontenele, 2906 - Jardim Sulacap, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21741-320, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, sem ônus de frete e seguro para a CONTRATANTE, conforme consta no item 4.1.1 do Termo de Referência – Anexo 1 do Edital.

2.3 O fornecimento do objeto será de forma integral, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

3 - DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	26	08	2022	10:00
Limite acolhimento das propostas	08	09	2022	09:00
Data de abertura das propostas	08	09	2022	09:30
Data da realização do Pregão	08	09	2022	10:00
Processo nº	SEI-350129/000727/2021			
Tipo	Menor Preço por Item			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Data da publicação	26/08/2022			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	PE 085/2022			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSO: 103 - FISED

PROGRAMA DE TRABALHO: 06.181.0478.5519

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.23 – Mobiliário em Geral

5 - TIPO DE LICITAÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo menor preço por item.

5.2 O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE está fixado na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários – Anexo 3 do Edital.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

6.5 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

6.5.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

6.5A O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

6.6 Não será permitida a participação em regime de consórcio.

7. CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.3.1 No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração

Independente de Proposta constante do Anexo 7, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 15.2.1.

8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo 2), somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

9.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

9.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento de preços será considerada.

9.3 Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo 6 do Edital.

9.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Secretaria de Estado de Polícia Militar, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o

transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

10.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem

classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 – Regras Gerais

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Rua Evaristo da Veiga, nº. 78, Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP nº 20.031-040 - Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo máximo de três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) declaração, na forma do Anexo 8 - Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a.1) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

a.2) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

a.3) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

b) os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;

c) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

12.1.1.1 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

12.1.1.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela autoridade superior na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 Para fins de consulta direta aos documentos de habilitação em processo licitatório, o Certificado de Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Poder Executivo Federal, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

12.1.4.1 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

12.1.4.2 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

12.2. Habilitação Jurídica

12.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela

Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

12.3.2.1 Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

12.3.2.2 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

12.3.2.3 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.3.2.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

12.4.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no item 12.4.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.4.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso

seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove ter a licitante cumprido de forma satisfatória o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta especificação, com clara menção do produto e execução bem-sucedida quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos.

12.6 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

12.6.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo 5, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.7 – Do Prazo de Validade das Certidões

12.7.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13 - DAS AMOSTRAS

13.1 A apresentação de amostra será realizada mediante folder ou prospecto que ilustrem e detalhem, de forma precisa e verídica, o objeto apresentado na proposta, a ser encaminhada ao pregoeiro, localizado na Diretoria de Licitações e Projetos (DLP) da SEPM, Rua Evaristo da Veiga, nº 78, primeiro andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, tel.: (021) 2333-2665, Fac-símile (021) 2333-2665, e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

13.2 A apresentação de folder ou prospecto do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item.

13.3 A critério do setor técnico responsável pela avaliação da amostra (DAbast), caso não seja possível, através dos folders e prospectos, verificar a compatibilidade do objeto com as especificações do Termo de Referência e a qualidade do produto ofertado, a empresa classificada em primeiro lugar será instada pelo Pregoeiro a apresentar uma unidade do produto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da sua notificação, prorrogável uma vez por igual período mediante pedido devidamente fundamentado, que será analisado pelo referido setor técnico.

13.3.1 Será de responsabilidade das licitantes o custo do envio ao setor técnico das amostras para a avaliação e aprovação. Da mesma forma, as licitantes se responsabilizam pela retirada das amostras avaliadas e reprovadas e seu respectivo custo. As amostras deverão ser entregues na DAbast, situada a Av. Feliciano Sodré, nº 190, Niterói, Rio de Janeiro, de Segunda a Sexta, de 09:00 as 17:00.

13.3.2 As amostras aprovadas permanecerão em poder da DAbast até o término da entrega de todo o material da contratação, com vistas a avaliar se o material entregue confere com o aprovado, podendo, logo após a realização de toda a entrega, ser retirada a amostra na DAbast.

13.3.3 As amostras e/ou folders/prospectos serão analisadas por representante da DAbast, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, se necessário for, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos para a adequada verificação da amostra apresentada.

13.4 Será admitida tolerância de + ou - 5% em todas as partes do mobiliário que tiveram suas dimensões e suas variações especificadas.

13.5 A proposta da empresa será desclassificada no caso de as amostras e/ou folders/prospectos serem reprovadas, devendo a mesma ser notificada para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva.

13.6 A desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, no item correspondente.

14 - DOS RECURSOS

14.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

14.2 A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.3 As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br ou para o fax (21) 2333-2665, com posterior envio do original, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

14.4 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

15 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade superior adjudicará e homologará o procedimento.

15.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ordenador de Despesas, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

15.3 O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo 7, como condição para assinatura do contrato.

15.4 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela autoridade superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

15.5 No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

15.5.1 Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

16.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

16.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, conforme item 11.1 do Termo de Referência.

16.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

16.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

16.6 O pagamento será realizado à vista, conforme quantidade fornecida e depois de devidamente atestada sua entrega, conforme item 11.3 do Termo de Referência.

16.7 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

17.1.1 As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

17.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

17.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 17.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

17.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

17.4.1 As sanções previstas na alínea b do item 17.1 e nas alíneas a e b, do item 17.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.2 As sanções previstas na alínea a do item 17.1 e na alínea c, do item 17.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 17.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

17.5 As multas administrativas, previstas na alínea b do item 17.1 e na alínea b, do item 17.2:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 17.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

17.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 17.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

17.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

17.9 Se o valor das multas previstas na alínea b do item 17.1, na alínea b, do item 17.2 e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

17.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

17.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 17.1 e nas alíneas a, b e c, do item 17.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 17.2.

17.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

17.13 As penalidades previstas nos itens 17.1 e 17.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratadas ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os feitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

17.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

17.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 17.1 e nas alíneas c e d do item 17.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.14.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 17.14.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

18 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido por Comissão de Fiscalização de Contrato composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (Anexo 4), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Escola Superior de Polícia Militar – SEPM/ESPM, situada na Av. Marechal Fontenele, 2906 - Jardim Sulacap, Rio de Janeiro - RJ.

19 – DO PRAZO

19.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de xx/xx/2022, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto 3.149/80.

20 - GARANTIA

20.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

20.1.1 A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

20.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

20.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

20.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

21.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

21.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo 1	Termo de Referência e seus anexos
Anexo 2	Proposta Detalhe
Anexo 3	Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários
Anexo 4	Minuta Contratual
Anexo 5	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (item 12.6.1)
Anexo 6	Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo 7	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
Anexo 8	Declaração de inexistência de penalidade
Anexo 9	Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo

21.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

21.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2022.

ORDENADOR DE DESPESAS

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 O presente Termo de referência se destina a nortear tecnicamente o processo licitatório para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM.

1.2 Os objetos serão adquiridos se priorizando a admissão da adjudicação por item, levando-se em consideração o melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, na forma dos arts. 15, inciso IV e 23, §1º da Lei n.º 8.666/93 e do art. 13, inciso IV, Decreto estadual n.º 46.642 de 17 de abril de 2019, em apreço ao Enunciado n.º 45 da PGE-RJ.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 Diante da proximidade de finalização das obras por parte da empresa NITSHORE referente às novas instalações da ESPM, conforme acordo registrado no SEI n.º. 350191/000491/2020, bem como no Processo SEI n.º. 350129/000727/2021, a alternativa mais factível e razoável é a aquisição de mobiliários para a nova sede da ESPM, por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme estabelecido no art. 1º da Lei n.º 10.520/02.

3 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTIDADES

ITEM	ID SIGA	DESCRIÇÃO	QNT
1	173998	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MESA ESCRITORIO DIRETOR, EM MDP COM TAMPO ENGROSSADO DE 30MM, REVESTIMENTO: BP ACETINADO NA COR AMEIXA PRETO, MATERIAL ESTRUTURA: MDP, REVESTIMENTO ESTRUTURA: ACABAMENTO EM BP ACETINADO, COM PES NIVELADORES COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSAO: 160 X 75 X 70 CM, MODELO: MESA ESCRITORIO DIRETOR EM L COM 2 GAVETAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	42
2	174763	MESA REUNIAO (ESCRITORIO) - FORMATO: RETANGULAR, COM TOMADAS EMBUTIDAS, DIMENSAO TAMPO (H X L X C): 75 X 110 X 365, DIMENSAO TAMPO (H X D): N/A, MATERIAL ESTRUTURA: MDP COM TAMPO 40MM, COR DE MADEIRA E PES PRETOS COM 44M DE ESPESSURA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1
3	173999	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: COM TAMPO TAMBURADO DE 50MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO: ACABAMENTO EM BP ACETINADO, MATERIAL ESTRUTURA: TAMBURADO COM PES NIVELADORES COM REGULAGEM DE ALTURA, REVESTIMENTO ESTRUTURA: FOLHA DE PAPEL ESPECIAL IMPREGNADA COM RESINA ESPECIFICA, NA COR AMEIXA PRETO, COM BORDA EM CLORETO POLIVINILA, DIMENSAO: 200 X 77 X 80,5 CM, MODELO: MESA EM L DIRETOR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1
4	174000	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: TAMPO E BASE EM TAMBURATO DE 37MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO: ACABAMENTO BP, COR: COR AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: CROMADOS, DIMENSAO (L X H X P): 800 X1600 X 500 MM, PRATELEIRA: 3 PRATELEIRAS COM REGULAGEM DE ALTURA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ARMARIO MULTIUSO, 2 PORTAS COM CHAVE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2

Secretaria de Estado de Polícia Militar | SEPM
Rua Evaristo da Veiga, 78|2º andar | Centro | Rio de Janeiro | RJ
Fone: +55 (21) 2333-2756 | site: www.pmerj.rj.gov.br

Página 1 de 22

5	174066	MOVEL APARADOR - MATERIAL ESTRUTURA: BALCAO MULTIUSO, EM MDP, TIPO ESTRUTURA: TAMBURADO COM 55MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO ESTRUTURA: MDP NA COR AMEIXA PRETO, COM PES EM POLIPROPILENO COM 1CM DE ALTURA, MATERIAL TAMPO: TAMBURADO COM 55 MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO TAMPO: MDP, COMPRIMENTO: 160,5 CM, ALTURA: 75 CM, PROFUNDIDADE: 44 CM, ACESSORIOS: 2 PORTAS E 3 GAVETAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2
6	174004	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MESA PRESIDENTE ESCRITORIO, EM MDP, COR AMEIXA PRETO, REVESTIMENTO: TAMPO MELAMINICO DE 40MM DE ESPESSURA, TAMPO COM VIDRO NA SUPERFICIE, MATERIAL ESTRUTURA: MDP, REVESTIMENTO ESTRUTURA: MDP, DIMENSAO: 192 X 160 X 74 X 70 CM, MODELO: MESA PRESIDENTE ESCRITORIO, EM L, COM 4 GAVETAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1
7	174005	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: REVESTIMENTO EM MDF, COR: AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: CROMADOS, DIMENSAO (L X H X P): 80 X 74 X 45 CM, PRATELEIRA: 1 PRATELEIRA REGULAVEL EM MDP, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: 2 PORTAS COM CHAVE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2
8	174758	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: MADEIRA MDP 15MM, REVESTIMENTO: TAMPO EM 40MM DE ESPESSURA, COR: AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: ABS, DIMENSAO (L X H X P): 80 X 170 X 45 CM, PRATELEIRA: 3 PRATELEIRAS INTERNAS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PES NIVELADORES, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2
9	174007	MESA REUNIAO (ESCRITORIO) - FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO TAMPO (H X L X C): 0,73 X 1,20 X 3,20 M, DIMENSAO TAMPO (H X D): 1,20 X 3,20 M, MATERIAL ESTRUTURA: MDP, NA COR AMEIXA PRETO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1
10	174081	ARQUIVO PASTA SUSPENSA - MATERIAL: ARQUIVO MULTIUSO, EM MDP, NA COR AMEIXA PRETO, REVESTIMENTO: BP, QUANTIDADE GAVETAS: 4 GAVETAS, DIMENSAO INTERNA: N/A, LARGURA: 46,5 CM, PROFUNDIDADE: 42 CM, ALTURA: 132 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	20
11	174008	GAVETEIRO - MATERIAL: MDP, ACABAMENTO: BP, COR: AMEIXA PRETO, GAVETA: 2 GAVETAS E 1 GAVETAO, DIMENSAO (H X L): 67 X 46,5 CM, PROFUNDIDADE: 40,5 CM, ACESSORIO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	32
12	174141	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: ARMARIO ESCRITORIO MULTIUSO, EM MDP, REVESTIMENTO: MDP 15 MM, COR: AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: CLORETO POLIVINILA, DIMENSAO (L X H X P): 80 X 160 X 42 CM, PRATELEIRA: 3 PRATELEIRAS DE ALTURA REGULAVEL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: 2 PORTAS COM DOBRADICAS EM ACO, COM CHAVE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	32
13	174078	SOFA/SOFANETE - QUANTIDADE LUGARES: 3 LUGARES, MATERIAL: COURO, COR: PRETO, MATERIAL ARMACAO: ACO, MATERIAL ESTOFAMENTO: ESPUMA, BRACO: COM BRACO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	8
14	174079	POLTRONA - TIPO: POLTRONA DECORATIVA, COR PRETA, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA DE EUCALIPTO, REGULAGEM: FIXA, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: COURINO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PES PALITO 35CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	24
15	174080	CADEIRA - TIPO: CADEIRA MODELO EIFFEL, BASE: FIXA PALITO, AJUSTE ALTURA ASSENTO: N/A, RECLINACAO: SEM RECLINACAO, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA E METAL, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: POLIPROPILENO ESTOFADO EM COURO, COR: PRETO, PORTA LIVRO: SEM , PRANCHETA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	80
16	174293	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MDF BP, REVESTIMENTO: VERNIZ, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA TAUARI, REVESTIMENTO ESTRUTURA: VERNIZ FOSCO, DIMENSAO: 100 CM DE DIAMETRO, ALTURA 78 CM, MODELO: REDONDA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	20

17	174082	ESTANTE, USO GERAL - MATERIAL: ESTANTE EM ACO INOXIDAVEL, MODELO: DESMONTAVEL, DIMENSOES (L X A X P): 200 X 150 X 40 CM, QUANTIDADE DIVISOES: 05 PRATELEIRAS LISAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	20
18	174084	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MESA ESCRITORIO INDUSTRIAL EM MDF, COM 1 GAVETA, REVESTIMENTO: ACABAMENTO UV, MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: FERRO NA COR PRETA, DIMENSAO: (L X A X P) 118 X 75 X 53 CM, MODELO: F24, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	316
19	149652	CADEIRA, TIPO: EXECUTIVA DIRECIONAL, BASE: FIXA CONTINUA, AJUSTE ALTURA ASSENTO: N/A, RECLINACAO: N/A, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, BRACO: SEM BRACOS, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: TECIDO POLIESTER, COR: PRETO, PORTA LIVRO: SEM, PRANCHETA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	316
20	174085	QUADRO MAGNETICO - COR: QUADRO MAGNETICO BRANCO, FORMATO: RETANGULAR, MATERIAL MOLDURA: ALUMINIO, DIMENSAO (C X H): 300 X 120 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	9
21	174086	ESTANTE, USO GERAL - MATERIAL: ACO, MODELO: ESTANTE BIBLIOTECA, COR CINZA, DIMENSOES (L X A X P): 0,92 X 1,98 X 0,55 M, QUANTIDADE DIVISOES: 12 BANDEJAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	18
22	174087	ESTANTE, USO GERAL - MATERIAL: ACO, MODELO: ESTANTE BIBLIOTECA, COR CINZA, DIMENSOES (L X A X P): 0,92 X 1,98 X 0,20 M, QUANTIDADE DIVISOES: 6 BANDEJAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	10
23	174088	CADEIRA (USO GERAL) - MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA MACICA E ACO NA COR DE MADEIRA, ENTRELACADO DE METAIS, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ENCOSTO: POLIPROPILENO, COR: AMARELO, UTILIZACAO: ESCOLA RESTAURANTE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	24
24	174089	MESA, REFEITORIO, MATERIAL TAMPO: MDF LAQUEADO, REVESTIMENTO TAMPO: MDF LAQUEADO, COR: BRANCA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO (C X L X H): 80 X 120 X 75 CM, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA E METAL, REVESTIMENTO ESTRUTURA: MADEIRA E METAL, COR ESTRUTURA: MADEIRA, QUANTIDADE CADEIRAS: SEM CADEIRAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	6
25	174162	BAIA ATENDIMENTO - MATERIAL: MDP BP, COR NOCE, TAMPO COM PASSA FIOS, ACABAMENTO: BORDAS EM ABS, LATERAIS COM PERFIL EM PVC, TIPO: FIXA, QUANTIDADE DIVISOES: 3, ALTURA: 74 CM, LARGURA: 306 CM, PROFUNDIDADE: 60 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	36
26	174294	CADEIRA - TIPO: FIXA EMPILHAVEL, BASE: FIXA COM 4 PES, AJUSTE ALTURA ASSENTO: N/A, RECLINACAO: N/A, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: POLIPROPILENO, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: POLIPROPILENO, COR: PRETA, PORTA LIVRO: SEM, PRANCHETA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	108
27	174757	POLTRONA PARA AUDITORIO - REGULAGEM: REBATIVEL COM RETORNO AUTOMATICO, MATERIAL ESTRUTURA: METALICO, COR PRETA, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA, PRANCHETA: ESCAMOTEAVEL E DOBRAVEL, EMBUTIDA NO BRACO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM BRACO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	396
28	174168	POLTRONA PARA AUDITORIO - REGULAGEM: N/A, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, COR PRETA, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA, COR PRETA, PRANCHETA: N/A, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ENCOSTO DE BRACOS, TIPO OBESO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2

29	174170	MESA, REFEITORIO - MATERIAL TAMPO: MESA INDUSTRIAL, TAMPO MADEIRA MACICA, REVESTIMENTO TAMPO: MADEIRA, COR: COR MADEIRA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO (C X L X H): 250 X 100 X 75 CM, MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI ELETROSTATICA - PES NIVELADOS, COR ESTRUTURA: BRANCO, QUANTIDADE CADEIRAS: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	8
30	174151	CADEIRA (USO GERAL) - MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, BRANCA, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ENCOSTO: ENCOSTO E ASSENTO EM MADEIRA TECA, COR: CEREJEIRA, UTILIZACAO: REFEITORIO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	80
31	152159	REFRIGERADOR, GELADEIRA, CAPACIDADE TOTAL: 358L, ACABAMENTO: BRANCO, MODELO: DUPLEX, MODELO PORTA: CEGA, TENSÃO: 220V, ACESSORIOS: GAVETAS, PRATELEIRAS, LAMPADA INTERNA, PORTA OVOS, PES RODIZIO, QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS, DEGELO: SISTEMA FROST FREE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2
32	171932	REFRIGERADOR FREEZER DOMÉSTICO/COMERCIAL, POSICAO: VERTICAL, CAPACIDADE: 228L, ACABAMENTO: BRANCO, TENSÃO: 127/220 V, QUANTIDADE PORTA: 1 PORTA, ACESSORIO: RODIZIO, PAINEL ELETRONICO, TIPO ABERTURA PORTA: REVERSIVEL (FREEZER VERTICAL), DIMENSAO (H X L X P): 63,1 A X 169,8 L X 69,5 P CM, TIPO PORTA: CEGA E FECHADA, DE GELO: FROST FREE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2
33	160908	TELEVISOR / TV / TELEVISÃO, MODELO: LED ULTRA HD 4K SMART, SISTEMA SOM: ESTEREO/SAP, TAMANHO: 60", TENSÃO: 110/220V, SISTEMA CAPTACAO: CLOSED CAPTION, SAP, ACESSORIO: CONTROLE REMOTO, PILHAS, CABO DE FORCA, MANUAL EM PORTUGUES, DIMENSAO (L X H X P): 136 X 84 X 9 CM, ENTRADAS: 3 HDMI, 1 LAN RJ45, 2 RF, 3 USB, 1 VIDEO COMPONENTE, SAIDAS: 1 AUDIO DIGITAL OPTICA, 1 FONE DE OUVIDO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	6
34	166556	TELEVISOR / TV / TELEVISÃO, MODELO: SMART TV LED UHD 4K, SISTEMA SOM: ESTEREO, TAMANHO: 75", TENSÃO: 100 ~ 240V, SISTEMA CAPTACAO: NTSC, PAL-M e PAL-N., ACESSORIO: CABO DE ALIMENTACAO E CONTROLE REMOTO, DIMENSAO (L X H X P): N/D, ENTRADAS: HDMI E USB, SAIDAS: N/D, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2

4 - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 LOCAL DE ENTREGA

4.1.1 Os objetos deste Termo deverão ser entregues na nova sede da Escola Superior de Polícia Militar – SEPM/ESPM, situado na Av. Marechal Fontenele, 2906 - Jardim Sulacap, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21741-320, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, sem ônus de frete e seguro para a CONTRATANTE.

4.2 PRAZO DE FORNECIMENTO

4.2.1 A entrega deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias após a retirada da nota de empenho. A Contratada deverá comunicar a Contratante, no prazo mínimo de 72h, a data e o horário previsto para a entrega dos objetos.

4.3 CONDIÇÃO DE ENTREGA

4.3.1 Os objetos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, os quais serão recebidos da seguinte forma:

a) **Provisoriamente:** em até 5 (cinco) dias, após parecer circunstanciado da Comissão de Fiscalização para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa fabricante, bem como modelo, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimo exigidos, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento

Provisório.

Secretaria de Estado de Polícia Militar | SEPM
Rua Evaristo da Veiga, 78|2º andar | Centro | Rio de Janeiro | RJ
Fone: +55 (21) 2333-2756 | site: www.pmerj.rj.gov.br

b) **Definitivamente:** em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação.

4.3.2 Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa e uniformizados (ex: camisa, sapato, calça, crachá, boné).

4.3.3 No caso da entrega fora das especificações estabelecidas, os mesmos não serão aceitos, não cabendo qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da CONTRATADA, sendo necessária a substituição, sem nenhum ônus adicional.

4.3.4 A desobediência aos prazos estabelecidos acarretará a aplicação à CONTRATADA das sanções estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

4.3.5 Todos os custos referentes às entregas como impostos, taxas e demais despesas que ocorram, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.3.6 Quanto aos mobiliários, deverão ser instalados e montados, cabendo a Contratada proporcionar todas as condições para instalação e montagem do bem contratado, garantindo a segurança operacional, a boa qualidade, os requisitos de higiene e limpeza, além da utilização da boa técnica de instalação e montagem, disponibilizando todo o instrumental, ferramentas e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- b) Fornecer documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato à CONTRATADA;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;
- d) Receber provisoriamente e definitivamente o objeto do contrato;
- e) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto do contrato na quantidade, qualidade, local, prazos especificados neste Termo;
- b) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como, tributos, fretes e seguro, no horário compreendido entre 09 e 18 horas, nas datas e locais estabelecidos neste Termo de Referência;
- c) Comunicar ao Gestor do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis, com antecedência mínima de 48 horas;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- e) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros.
- f) Promover, por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto do edital;
- g) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- h) Credenciar junto a SEPM funcionário (representante) que atenderá as requisições e montagens dos objetos constantes neste Termo;

- i) Providenciar a montagem de todos os mobiliários que se fizerem necessários em até 30 (trinta) dias após a entrega;
- j) Manter a validade da proposta por 60 dias.

7 - AMOSTRAS

7.1 A apresentação de amostra será realizada mediante folder ou prospecto que ilustrem e detalhem, de forma precisa e verídica, o objeto apresentado na proposta, a ser encaminhada ao pregoeiro, localizado na Diretoria de Licitações e Projetos (DLP) da SEPM, Rua Evaristo da Veiga, nº 78, primeiro andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, tel.: (021) 2333-2665, Fac-símile (021) 2333-2665, e-mail pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

7.2 A apresentação de folder ou prospecto do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item.

7.3 A critério do setor técnico responsável pela avaliação da amostra (DAbast), caso não seja possível, através dos folders e prospectos, verificar a compatibilidade do objeto com as especificações do Termo de Referência e a qualidade do produto ofertado, a empresa classificada em primeiro lugar será instada pelo Pregoeiro a apresentar uma unidade do produto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da sua notificação, prorrogável uma vez por igual período mediante pedido devidamente fundamentado, que será analisado pelo referido setor técnico.

7.3.1 Será de responsabilidade das licitantes o custo do envio ao setor técnico das amostras para a avaliação e aprovação. Da mesma forma, as licitantes se responsabilizam pela retirada das amostras avaliadas e reprovadas e seu respectivo custo. As amostras deverão ser entregues na DAbast, situada a Av. Feliciano Sodré, nº 190, Niterói, Rio de Janeiro, de Segunda a Sexta, de 09:00 as 17:00.

7.3.2 As amostras aprovadas permanecerão em poder da DAbast até o término da entrega de todo o material da contratação, com vistas a avaliar se o material entregue confere com o aprovado, podendo, logo após a realização de toda a entrega, ser retirada a amostra na DAbast.

7.3.3 As amostras e/ou folders/prospectos serão analisadas por representante da DAbast, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, se necessário for, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos para a adequada verificação da amostra apresentada.

7.4 Será admitida tolerância de + ou - 5% em todas as partes do mobiliário que tiveram suas dimensões e suas variações especificadas.

7.5 A proposta da empresa será desclassificada no caso de as amostras e/ou folders/prospectos serem reprovadas, devendo a mesma ser notificada para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva.

7.6 A desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o conseqüente chamamento do segundo colocado, no item correspondente.

8 - GARANTIA DO OBJETO

8.1 O prazo de garantia dos produtos deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano, cuja vigência terá início na data em que ocorrer o recebimento definitivo do objeto, na forma do art. 73, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2 Durante o prazo de garantia dos materiais, o fornecedor fica obrigado a providenciar assistência técnica nos casos de defeitos de fábrica ou de qualidade do produto. Nesses casos, não sendo possível o conserto do objeto defeituoso, deverá providenciar a substituição do mesmo por outro em plenas condições de utilização e rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

8.3 O prazo máximo para a realização dos serviços de assistência técnica deverá ser de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez mediante pedido fundamentado da Contratada, que será analisado pela Comissão de Fiscalização do Contrato.

8.4 Os serviços de assistência técnica e a substituição do produto defeituoso deverão ocorrer dentro do prazo estabelecido no item anterior.

9- GARANTIA CONTRATUAL

9.1 Será exigido garantia no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato, em conformidade com o art. 56 da Lei nº. 8.666/93. Sopesada a natureza do objeto em relação ao volume da contratação, entendeu-se razoável a definição da garantia em 2% (dois por cento) do valor do contrato para assegurar o adimplemento do objeto e resguardar o erário, sem afastar o princípio da ampla concorrência, minorando, desta forma, eventual risco decorrente da contratação em apreço. Tal valor visa assegurar à Administração eventual cobertura em razão da incidência de possíveis multas contratuais, que senão ocorrem em razão do integral adimplemento da obrigação, o valor poderá ser levantado pela contratada.

9.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

9.3 Caso o valor do Contrato seja alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

9.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original deverá ser recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

10 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE, indicado pela autoridade competente, em publicação específica no DOERJ.

10.2 Ficam reservados à gestão e fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo oriundo deste Termo de Referência, e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, na forma do Decreto nº 45.600/16, desde que não acarrete ônus para a SEPM ou modificação da contratação.

10.3 As decisões que ultrapassarem a competência do Fiscal da SEPM deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Fiscal, através dele, em tempo hábil, para a adoção de medidas convenientes.

10.4 A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

10.5 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto da contratação, bem como as implicações próximas e remotas perante a SEPM ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da SEPM ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a SEPM dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

10.6 A fiscalização dos contratos que decorrerem desse Termo de Referência terão como norma matriz a Lei nº 8.666/93, nos termos dos artigos 66 a 76, bem como o Decreto Estadual nº 45.600/2016, notadamente os artigos 12 e 13.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, obrigatoriamente por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A, cabendo ressaltar que o número da conta e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

Secretaria de Estado de Polícia Militar | SEPM
Rua Evaristo da Veiga, 78|2º andar | Centro | Rio de Janeiro | RJ
Fone: +55 (21) 2333-2756 | site: www.pmerj.rj.gov.br

11.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

11.3 O pagamento será realizado **à vista**, conforme quantidade fornecida, e depois de devidamente atestada sua entrega.

11.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

11.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Termo serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

11.6 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

12 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

12.1 O julgamento da proposta será pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Fica o licitante sujeito às sanções administrativas e demais penalidades nos casos fixados no Contrato e em conformidade com os termos estabelecidos nos artigos 86 e 87 do Decreto n.º 3.149, de 28 de Abril de 1980, no artigo 7º Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, e nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

14 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO

14.1 Executado o Contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma Lei.

14.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

14.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória e definitiva deverá ficar concluído no prazo de até 30 dias, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Contratante.

15 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove ter a licitante cumprido de forma satisfatória o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta especificação, com clara menção do produto e execução bem-sucedida quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos.

16 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ÓRGÃO

16.1 Se encontra no doc. 36683321.

17 - DA SUSTENTABILIDADE

17.1 A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Decreto Estadual nº 43.629/2012, o qual estabelece a implementação de critérios, práticas e ações

de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Rio de Janeiro, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

18 - RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

18.1 CEL PM EDUARDO A. G. ANJO, DIRETOR DE LICITAÇÕES.

19 - GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO

19.1 O Contrato resultante deste Termo de Referência será gerido e fiscalizado por agentes designados especialmente para esse fim.

19.2 A formalização da indicação dos referidos Fiscais e Gestores do Contrato se dará por meio de Resolução de nomeação instituída pelo Secretário de Estado de Polícia Militar, onde todas as instruções específicas serão dispostas em conformidade com o Decreto Estadual nº 45.600/2016 e procedimentos internos da SEPM.

19.3 Equipe de Gestão e Fiscalização:

GESTOR: Major PM RG 67.833 Rodrigo Ciriaco **Tjader** - ID 2449560-3;

GESTOR SUBSTITUTO: Major PM RG 72.696 **Guyllherme** Lima Nogueira de Freitas - ID 2446945-9.

FISCAIS: Cap PM RG 80.896 Yeddo de Abreu Lima - ID 4189292; Major PM RG 81.548 Luiz Augusto Vieira de Oliveira - ID 4208376-1; Major PM RG 80.445 Monique Araújo Damasceno – ID 0595654-4.

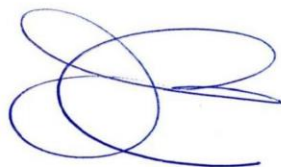
20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Quaisquer dúvidas relacionadas às condições estabelecidas neste Termo se não sanadas no instrumento convocatório (Edital), poderão ser esclarecidas junto à Diretoria de Licitações e Projetos, através do email diretor_dlp@pmerj.rj.gov.br.

21 - ANEXOS

- ANEXO I – ORDEM DE FORNECIMENTOS DE BENS;
- ANEXO II – MAPA DE RISCOS.

Quartel General, em 23 de agosto de 2022.



EDUARDO A. G. ANJO – CEL PM
DIRETOR DA DLP
ID. FUNC. 2213457-3

ANEXO I
ORDEM DE FORNECIMENTOS DE BENS

ORDEM DE SERVIÇO Nº:		PROCESSO Nº:	
SETOR CONTRATANTE:		ATA Nº:	
ÓRGÃO EMISSOR: Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM		FORNECEDOR:	
ENDEREÇO: Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro – Rio de Janeiro/RJ		C.N.P.J. DO FORNECEDOR	
CEP: 20.031-040	C.N.P.J.: 32.690.668/0001-02	ENDEREÇO FORNECEDOR:	
PRAZO DE EXECUÇÃO:		BAIRRO:	
LOCAL DE EXECUÇÃO: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA		CIDADE:	ESTADO: RJ
ENDEREÇO DE ENTREGA: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA		TELEFONE:	Email:
TELEFONE:		DADOS BANCÁRIOS: BANCO: AGÊNCIA: CONTA:	
Autorizamos a execução dos serviços abaixo discriminados mediante condições constantes desta ORDEM DE COMPRA		OBSERVAÇÕES:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO (R\$)	GLOBAL (R\$)
1		UN			
OBSERVAÇÕES:					
TOTAL: R\$					

ANEXO II
MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Gestão do Contrato

RISCO 01			
PROBABILIDADE:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1.	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do determinado na Pesquisa de Mercado.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar pesquisas de preços com orçamentos que representem a realidade atual utilizando meios confiáveis.	DLP, através do Setor de Pesquisa de Mercado.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Com o valor já dentro da realidade de mercado, procede com publicação do pregão.	DLP, através do Setor de Pregão.	

RISCO 02			
PROBABILIDADE:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1.	Requisito/especificação da contratação que possam ser erroneamente interpretados pelos licitantes		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar o Termo de Referência de forma clara e concisa e solicitar a visita técnica para maior conhecimento a cerca do objeto pretendido	DLP, através do Setor de Termo de Referência	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Analisar o Termo de Referência a fim de identificar pontos que possam ser questionados, e ser for necessário encaminhar para alteração por parte do requisitante.	Chefe do Setor de Termo de Referência	

RISCO 03				
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano			
1.	Contratação interrompida por recursos jurídicos, cujo impacto se traduz no atraso no processo de aquisição.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Realizar reuniões com a Assessoria Jurídica do Gabinete do Comando Geral para avaliar a realização da contratação.	DLP, através da Seção de Licitações		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Responder aos supostos óbices observados pelo Recorrente e continuar o certame	DLP (Pregão – instruir o feito) e DGAL (julgamento dos recursos)		

RISCO 04				
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano			
1.	Ausência de licitantes ou de propostas comerciais válidas, culminando na perda do processo licitatório.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Especificar o objeto pretendido com informações necessárias e objetivas.	Unidade solicitante		
2.	Exigir habilitação que possibilite a participação do maior número de concorrentes, sem comprometer a qualidade pretendida.	DLP, através da Seção de Licitações		
3.	Ampla divulgação do edital.	DLP		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Reavaliação do Termo de Referência e Republicação do Edital	DLP, através da Seção de Licitações		

RISCO 05				
PROBABILIDADE:		<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO:		<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano			
1.	Estabelecer exigências contratuais as quais os licitantes não tenham condições de atender e que o Gestor e Fiscais não tenham condições de fiscalizar, resultando na elevação do custo contratual e não aderência aos termos do edital, ou seja, resultando em licitação deserta ou fracassada.			
Id	Ação Preventiva	Responsável		
1.	Realizar reuniões com o Diretor Geral de Administração e Diretor de Licitações e Projetos para avaliar as exigências contidas no Termo de Referência.	Chefe da Seção de Licitações e seus Chefes de Setores		
2.	Revisar o Termo de Referência e especificar apenas exigências adequadas à realidade da SEPM.	Chefe do Setor de Termo de Referência		
Id	Ação de Contingência	Responsável		
1.	Retificar o Edital	DLP – Setor de Edital		

**ANEXO 2
PROPOSTA DE PREÇOS**

 <p align="center">SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</p> <p align="center">PROPOSTA DETALHE</p>		Licitação por <u>PREGÃO ELETRÔNICO N° 085/2022 -SEPM</u> A Realizar-se em <u>08/09/2022</u> Às <u>10:00</u> h Processo nº SEI-350129/000727/2021			
		A firma ao lado mencionada propõe ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do EDITAL n.º <u>PE 085/2022 - SEPM</u> .		CARIMBO DA FIRMA	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	ID SIGA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
<p align="center"><u>OBSERVAÇÕES:</u></p> <p>1.ª- A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser datilografada, sem emendas e rasuras. - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidades, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais, os estaduais e descontos especiais. - ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 		Prazo de Entrega: De acordo com o mencionado no Termo de Referência. Validade da Proposta: preços válidos por 60 (sessenta) dias da entrega da proposta. Local de Entrega: Conforme especificado no Termo de Referência, Anexo 1 do Edital. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação Vigente. Em _____ / _____ / 2022.			
		Firma Proponente			
DATA: / / 2022.		_____ Firma Proponente – assinatura do responsável			

ANEXO 3
PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	ID SIGA	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	173998	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MESA ESCRITORIO DIRETOR, EM MDP COM TAMPO ENGROSSADO DE 30MM, REVESTIMENTO: BP ACETINADO NA COR AMEIXA PRETO, MATERIAL ESTRUTURA: MDP, REVESTIMENTO ESTRUTURA: ACABAMENTO EM BP ACETINADO, COMPES NIVELADORES COM REGULAGEM DE ALTURA, DIMENSAO: 160 X 75 X 70 CM, MODELO: MESA ESCRITORIO DIRETOR EM L COM 2 GAVETAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	42	R\$ 798,6720	R\$ 33.544,2240
2	174763	MESA REUNIAO (ESCRITORIO) - FORMATO: RETANGULAR, COM TOMADAS EMBUTIDAS, DIMENSAO TAMPO (H X L X C): 75 X 110 X 365, DIMENSAO TAMPO (H X D): N/A, MATERIAL ESTRUTURA: MDP COM TAMPO 40MM, COR DE MADEIRA E PES PRETOS COM 44M DE ESPESSURA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1	R\$ 4.880,00	R\$ 4.880,0000
3	173999	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: COM TAMPO TAMBURADO DE 50MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO: ACABAMENTO EM BP ACETINADO, MATERIAL ESTRUTURA: TAMBURADO COM PES NIVELADORES COM REGULAGEM DE ALTURA, REVESTIMENTO ESTRUTURA: FOLHA DE PAPEL ESPECIAL IMPREGNADA COM RESINA ESPECIFICA, NA COR AMEIXA PRETO, COM BORDA EM CLORETO POLIVINILA, DIMENSAO: 200 X 77 X 80,5 CM, MODELO: MESA EM L DIRETOR, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1	R\$ 1.589,2433	R\$ 1.589,2433
4	174000	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: TAMPO E BASE EM TAMBURATO DE 37MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO: ACABAMENTO BP, COR:COR AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: CROMADOS, DIMENSAO (LX H X P): 800 X1600 X 500 MM, PRATELEIRA: 3 PRATELEIRAS COMREGULAGEM DE ALTURA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ARMARIO MULTIUSO, 2 PORTAS COM CHAVE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 881,3340	R\$ 1.762,6680
5	174066	MOVEL APARADOR - MATERIAL ESTRUTURA: BALCAO MULTIUSO, EM MDP, TIPO ESTRUTURA: TAMBURADO COM 55MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO ESTRUTURA: MDP NA COR AMEIXA PRETO, COM PES EM POLIPROPILENO COM 1CM DE ALTURA, MATERIAL TAMPO: TAMBURADO COM 55 MM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO TAMPO:MDP, COMPRIMENTO: 160,5 CM, ALTURA: 75 CM, PROFUNDIDADE: 44 CM, ACESSORIOS: 2 PORTAS E 3 GAVETAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 1.025,75	R\$ 2.051,5000
6	174004	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MESA PRESIDENTE ESCRITORIO, EM MDP, COR AMEIXA PRETO, REVESTIMENTO: TAMPO MELAMINICO DE 40MM DE ESPESSURA, TAMPO COM VIDRO NA SUPERFICIE, MATERIAL ESTRUTURA: MDP, REVESTIMENTO ESTRUTURA: MDP, DIMENSAO: 192 X 160 X 74 X 70 CM, MODELO: MESA PRESIDENTE ESCRITORIO, EM L, COM 4 GAVETAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1	R\$ 2.038,10	R\$ 2.038,1000
7	174005	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: MDP, REVESTIMENTO: REVESTIMENTO EM MDF, COR: AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: CROMADOS, DIMENSAO (L X H X P): 80 X 74 X 45 CM, PRATELEIRA: 1 PRATELEIRA REGULAVEL EM MDP, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: 2 PORTAS COM CHAVE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 495,05	R\$ 990,1000
8	174758	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: MADEIRA MDP 15MM, REVESTIMENTO: TAMPO EM 40MM DE ESPESSURA, COR: AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: ABS, DIMENSAO (L X H X P): 80 X 170 X 45 CM, PRATELEIRA: 3 PRATELEIRAS INTERNAS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PES NIVELADORES, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 767,00	R\$ 1.534,0000
9	174007	MESA REUNIAO (ESCRITORIO) - FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO TAMPO (H X L X C): 0,73 X 1,20 X 3,20 M, DIMENSAO TAMPO (H X D): 1,20X 3,20 M, MATERIAL ESTRUTURA: MDP, NA COR AMEIXA PRETO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	1	R\$ 2.426,3050	R\$ 2.426,3050

10	174081	ARQUIVO PASTA SUSPensa - MATERIAL: ARQUIVO MULTIUSO, EMMDP, NA COR AMEIXA PRETO, REVESTIMENTO: BP, QUANTIDADE GAVETAS: 4 GAVETAS, DIMENSAO INTERNA: N/A, LARGURA: 46,5 CM, PROFUNDIDADE: 42 CM, ALTURA: 132 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	20	R\$ 630,87	R\$ 12.617,4000
11	174008	GAVETEIRO - MATERIAL: MDP, ACABAMENTO: BP, COR: AMEIXA PRETO, GAVETA: 2 GAVETAS E 1 GAVETAO, DIMENSAO (H X L): 67 X 46,5 CM, PROFUNDIDADE: 40,5 CM, ACESSORIO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	32	R\$ 567,59	R\$ 18.162,8800
12	174141	ARMARIO ESCRITORIO - MATERIAL: ARMARIO ESCRITORIO MULTIUSO, EM MDP, REVESTIMENTO: MDP 15 MM, COR: AMEIXA PRETO, MATERIAL PUXADOR: CLORETO POLIVINILA, DIMENSAO (L X H X P): 80 X 160 X 42 CM, PRATELEIRA: 3 PRATELEIRAS DE ALTURA REGULAVEL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: 2 PORTAS COM DOBRADICAS EM ACO, COM CHAVE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	32	R\$ 747,1367	R\$ 23.908,3744
13	174078	SOFA/SOFANETE - QUANTIDADE LUGARES: 3 LUGARES, MATERIAL: COURO, COR: PRETO, MATERIAL ARMACAO: ACO, MATERIAL ESTOFAMENTO: ESPUMA, BRACO: COM BRACO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	8	R\$ 1.791,7250	R\$ 14.333,8000
14	174079	POLTRONA - TIPO: POLTRONA DECORATIVA, COR PRETA, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA DE EUCALIPTO, REGULAGEM: FIXA, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: COURINO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PES PALITO 35CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	24	R\$ 529,90	R\$ 12.717,6000
15	174080	CADEIRA - TIPO: CADEIRA MODELO EIFFEL, BASE: FIXA PALITO, AJUSTE ALTURA ASSENTO: N/A, RECLINACAO: SEM RECLINACAO, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA E METAL, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: POLIPROPILENOESTOFADO EM COURO, COR: PRETO, PORTA LIVRO: SEM, PRANCHETA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	80	R\$ 252,7860	R\$ 20.222,8800
16	174293	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MDF BP, REVESTIMENTO: VERNIZ, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA TAUARI, REVESTIMENTO ESTRUTURA: VERNIZ FOSCO, DIMENSAO: 100 CM DE DIAMETRO, ALTURA 78 CM, MODELO: REDONDA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	20	R\$ 597,9960	R\$ 11.959,9200
17	174082	ESTANTE, USO GERAL - MATERIAL: ESTANTE EM ACO INOXIDAVEL, MODELO: DESMONTAVEL, DIMENSOES (L X A X P): 200 X 150 X 40 CM, QUANTIDADE DIVISOES: 05 PRATELEIRAS LISAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	20	R\$ 2.089,00	R\$ 41.780,0000
18	174084	MESA ESCRITORIO - MATERIAL: MESA ESCRITORIO INDUSTRIAL EM MDF, COM 1 GAVETA, REVESTIMENTO: ACABAMENTO UV, MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: FERRO NA COR PRETA, DIMENSAO: (L X A X P) 118 X 75 X 53 CM, MODELO: F24, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	316	R\$ 385,6683	R\$ 121.871,1828
19	149652	CADEIRA, TIPO: EXECUTIVA DIRECIONAL, BASE: FIXA CONTINUA, AJUSTE ALTURA ASSENTO: N/A, RECLINACAO: N/A, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, BRACO: SEM BRACOS, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: TECIDO POLIESTER, COR: PRETO, PORTA LIVRO: SEM, PRANCHETA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	316	R\$ 379,40	R\$ 119.890,4000
20	174085	QUADRO MAGNETICO - COR: QUADRO MAGNETICO BRANCO, FORMATO: RETANGULAR, MATERIAL MOLDURA: ALUMINIO, DIMENSAO (C X H): 300 X 120 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	9	R\$ 1.320,00	R\$ 11.880,0000
21	174086	ESTANTE, USO GERAL - MATERIAL: ACO, MODELO: ESTANTE BIBLIOTECA, COR CINZA, DIMENSOES (L X A X P): 0,92 X 1,98 X 0,55 M, QUANTIDADE DIVISOES: 12 BANDEJAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	18	R\$ 1.316,9867	R\$ 23.705,7606
22	174087	ESTANTE, USO GERAL - MATERIAL: ACO, MODELO: ESTANTE BIBLIOTECA, COR CINZA, DIMENSOES (L X A X P): 0,92 X 1,98 X 0,20 M, QUANTIDADE DIVISOES: 6 BANDEJAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	10	R\$ 699,6250	R\$ 6.996,2500

23	174088	CADEIRA (USO GERAL) - MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA MACICA E ACO NA COR DE MADEIRA, ENTRELACADO DE METAIS, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ENCOSTO: POLIPROPILENO, COR: AMARELO, UTILIZACAO: ESCOLA RESTAURANTE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	24	R\$ 151,6633	R\$ 3.639,9192
24	174089	MESA, REFEITORIO, MATERIAL TAMPO: MDF LAQUEADO, REVESTIMENTO TAMPO: MDF LAQUEADO, COR: BRANCA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO (C X L X H): 80 X 120 X 75 CM, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA E METAL, REVESTIMENTO ESTRUTURA: MADEIRA E METAL, COR ESTRUTURA: MADEIRA, QUANTIDADE CADEIRAS: SEM CADEIRAS, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	6	R\$ 816,44	R\$ 4.898,6400
25	174162	BAIA ATENDIMENTO - MATERIAL: MDP BP, COR NOCE, TAMPO COM PASSA FIOS, ACABAMENTO: BORDAS EM ABS, LATERAIS COM PERFIL EM PVC, TIPO: FIXA, QUANTIDADE DIVISOES: 3, ALTURA: 74 CM, LARGURA: 306 CM, PROFUNDIDADE: 60 CM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	36	R\$ 845,90	R\$ 30.452,4000
26	174294	CADEIRA - TIPO: FIXA EMPILHAVEL, BASE: FIXA COM 4 PES, AJUSTE ALTURA ASSENTO: N/A, RECLINACAO: N/A, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: POLIPROPILENO, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: POLIPROPILENO, COR: PRETA, PORTA LIVRO: SEM, PRANCHETA: SEM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	108	R\$ 144,1875	R\$ 15.572,2500
27	174757	POLTRONA PARA AUDITORIO - REGULAGEM: REBATIVEL COM RETORNO AUTOMATICO, MATERIAL ESTRUTURA: METALICO, COR PRETA, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA, PRANCHETA: ESCAMOTEAVEL E DOBRAVEL, EMBUTIDA NO BRACO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM BRACO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	396	R\$ 2.216,95	R\$ 877.912,2000
28	174168	POLTRONA PARA AUDITORIO - REGULAGEM: N/A, MATERIAL ESTRUTURA: ACO, COR PRETA, REVESTIMENTO ASSENTO-ENCOSTO: ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA, COR PRETA, PRANCHETA: N/A, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ENCOSTO DE BRACOS, TIPO OBESO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 2.860,00	R\$ 5.720,0000
29	174170	MESA, REFEITORIO - MATERIAL TAMPO: MESA INDUSTRIAL, TAMPO MADEIRA MACICA, REVESTIMENTO TAMPO: MADEIRA, COR: COR MADEIRA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO (C X L X H): 250 X 100 X 75 CM, MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, REVESTIMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPOXI ELETROSTATICA - PES NIVELADOS, COR ESTRUTURA: BRANCO, QUANTIDADE CADEIRAS: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	8	R\$ 2.952,02	R\$ 23.616,1600
30	174151	CADEIRA (USO GERAL) - MATERIAL ESTRUTURA: FERRO, BRANCA, BRACO: SEM BRACO, ENCOSTO: FIXO, REVESTIMENTO ENCOSTO: ENCOSTO E ASSENTO EM MADEIRA TECA, COR: CEREJEIRA, UTILIZACAO: REFEITORIO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	80	R\$ 285,00	R\$ 22.800,0000
31	152159	REFRIGERADOR, GELADEIRA, CAPACIDADE TOTAL: 358L, ACABAMENTO: BRANCO, MODELO: DUPLEX, MODELO PORTA: CEGA, TENSAO: 220V, ACESSORIOS: GAVETAS, PRATELEIRAS, LAMPADA INTERNA, PORTA OVOS, PES RODIZIO, QUANTIDADE PORTAS: 02 PORTAS, DEGELO: SISTEMA FROST FREE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 2.435,98	R\$ 4.871,9600
32	171932	REFRIGERADOR FREEZER DOMÉSTICO/COMERCIAL, POSICAO: VERTICAL, CAPACIDADE: 228L, ACABAMENTO: BRANCO, TENSAO: 127/220 V, QUANTIDADE PORTA: 1 PORTA, ACESSORIO: RODIZIO, PAINEL ELETRONICO, TIPO ABERTURA PORTA: REVERSIVEL (FREEZER VERTICAL), DIMENSAO (H X L X P): 63,1 A X 169,8 L X 69,5 P CM, TIPO PORTA: CEGA E FECHADA, DE GELO: FROST FREE, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 2.037,0375	R\$ 4.074,0750

33	160908	TELEVISOR / TV / TELEVISÃO, MODELO: LED ULTRA HD 4K SMART, SISTEMA SOM: ESTEREO/SAP, TAMANHO: 60``, TENSAO: 110/220V, SISTEMA CAPTACAO: CLOSED CAPTION, SAP, ACESSORIO: CONTROLE REMOTO, PILHAS, CABO DE FORCA, MANUAL EM PORTUGUES, DIMENSAO (L X H X P): 136 X 84 X 9 CM, ENTRADAS: 3 HDMI, 1 LAN RJ45, 2 RF, 3 USB, 1 VIDEO COMPONENTE, SAIDAS: 1 AUDIO DIGITAL OPTICA, 1 FONE DE OUVIDO, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	6	R\$ 4.044,1471	R\$ 24.264,8826
34	166556	TELEVISOR / TV / TELEVISÃO, MODELO: SMART TV LED UHD 4K, SISTEMA SOM: ESTEREO, TAMANHO: 75``, TENSAO: 100 ~ 240V, SISTEMA CAPTACAO: NTSC, PAL-M e PAL-N., ACESSORIO: CABO DE ALIMENTACAO E CONTROLE REMOTO, DIMENSAO (L X H X P): N/D, ENTRADAS: HDMI E USB, SAIDAS: N/D, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	2	R\$ 9.624,25	R\$ 19.248,5000
VALOR TOTAL					R\$ 1.527.933,57

ANEXO 4

MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº _____/2022

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E A

_____.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO neste ato pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Ordenador de Despesas, CEL PM RG 54.569, JOMAR FERNANDO DA SILVA, ID FUNCIONAL 24194840 por delegação de competência conferida pela Resolução SEPM N° 2204 de 28 de janeiro de 2022, e a empresa _____, situada na Rua _____ nº ____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliado na Rua _____ nº ____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente Contrato de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS, com fundamento no processo administrativo SEI-350129/000727/2021, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de mobiliários e eletrodomésticos, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - O fornecimento do objeto será de forma integral, de acordo com o que consta no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de XX/XX/2022, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato;
- e) promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital;
- g) e todas as demais constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Entregar o objeto do contrato na quantidade, qualidade, local, prazos e periodicidade especificados neste Termo;
- b) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como, tributos, fretes e seguro, no horário compreendido entre 09 e 18 horas, nas datas e locais, estabelecido neste Termo de Referência;
- c) Comunicar ao Gestor do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis, com antecedência mínima de 48 horas;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- e) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros.
- f) Promover, por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto do edital;
- g) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- h) Credenciar junto a SEPM funcionário (representante) que atenderá as requisições e montagens dos objetos constantes neste Termo;
- i) Providenciar a montagem de todos os móveis que se fizerem necessários em até 30 (trinta) dias após a entrega;
- j) Manter a validade da proposta por 60 dias;
- k) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e

sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;

l) Providenciar garantia dos produtos de, no mínimo, 01 (um) ano, cuja vigência terá início na data em que ocorrer o recebimento definitivo do objeto, na forma do art. 73, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e do item 8 do Termo de Referência;

m) E todas as demais previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

PROGRAMA DE TRABALHO: 06.181.0478.5519

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.23 – Mobiliário em Geral

NOTA DE EMPENHO:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização de Contrato composta por 3 (três) membros da **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Ordenador de Despesas, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias, após parecer circunstanciado da Comissão de Fiscalização para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa fabricante, bem como modelo, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimo exigidos, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento Provisório.
- b) definitivamente, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Escola Superior de Polícia Militar– SEPM/ESPM, situado na Av. Marechal Fontenele, 2906 - Jardim Sulacap, Rio de Janeiro - RJ, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____), sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso,

eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Escola Superior de Polícia Militar– SEPM/ESPM, situada a Av. Marechal Fontenele, 2906 - Jardim Sulacap, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21741-320, de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO OITAVO - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo índice IPCA, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SEXTO - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

PARÁGRAFO OITAVO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO NONO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções mencionadas no **PARÁGRAFO VIGÉSIMO** deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em ____ de _____ de 2022.

NOME DO ÓRGÃO
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO 5

Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 085/2022 - SEPM

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel
timbrado com CNPJ)

ANEXO 6

Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas Enquadradas no Art. 34, da LEI Nº 11.488, de 2007

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 085/2022 - SEPM

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo)_____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO 7

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, de 24.08.11

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao **Pregoeiro**

a/c Sr. Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico nº 085/2022 – SEPM

_____ (Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO 8

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 085/2022 - SEPM

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO 9

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À Comissão de Pregão

a/c Sr. Pregoeiro

Ref: Pregão Eletrônico nº 085/2022 - SEPM

Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, neste ato representada por seu(sua) titular Sr.(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade Civil nº _____, CPF nº _____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário ou sócios que sejam servidores ou agentes públicos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 2) Não possui proprietário ou sócios que sejam cônjuge, companheiro ou parente em até o terceiro grau por consanguinidade ou afinidade, de servidores ou agentes públicos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 3) A Empresa que firmar contrato com a SEPM não poderá alterar seu quadro societário, incluindo um Policial Militar e/ou parente de Policial Militar, durante o transcurso do contrato.

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Empresa